

**SEXOLOGIA FORENSE – DESAFIOS NO MANEJO DE VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA MENORES****FORENSIC SEXOLOGY – CHALLENGES IN MANAGING SEXUAL VIOLENCE
AGAINST MINORS****SEXOLOGÍA FORENSE – RETOS EN LA GESTIÓN DE LA VIOLENCIA
SEXUAL CONTRA MENORES**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n5-033>**Lucas Dornas Xavier**

Graduado em Medicina

Instituição: Universidade de Brasília

E-mail: dornas2022@gmail.com

Lucas Albanaz Vargas

Doutor em Ciências Médicas

Instituição: Universidade de Brasília

E-mail: albanazvargas@gmail.com

Davi Nunes da Silva

Graduado em Odontologia

Instituição: ICESP

E-mail: daviumbra@gmail.com

Andressa Carvalho de Oliveira

Graduada em Medicina

Instituição: Universidade de Brasília

E-mail: andressacavalho2099@gmail.com

RESUMO

A violência sexual é um problema de saúde pública multifatorial, caracterizado como violação dos direitos humanos e cujos impactos afetam especialmente crianças e adolescentes. No Brasil, a violência sexual em menores permanece alarmante, agravada por fatores como medo de represálias, tabus sociais e fragilidades na rede de apoio. Este estudo objetiva explorar os desafios no manejo de vítimas infantojuvenis por meio de uma revisão bibliográfica, realizada de maneira sistematizada, justificada pela relevância e lacunas de conhecimento sobre o tema. A metodologia baseou-se no protocolo PCC (População, Conceito, Contexto), abordando estudos nacionais e internacionais publicados nos últimos 20 anos. As bases de dados incluíram PubMed, LILACS e Google Acadêmico, com critérios de inclusão pautados na faixa etária de 0 a 18 anos e foco em violência sexual. Após triagem e seleção, nove estudos atenderam aos critérios estabelecidos. Os resultados destacam que a violência sexual em crianças e adolescentes é recorrente no Brasil, sendo prevalente em áreas urbanas e frequentemente perpetrada por indivíduos próximos às vítimas. As consequências incluem danos físicos, psicológicos, cognitivos e comportamentais, reforçando a importância de uma rede de apoio bem estruturada. Apesar

dos esforços de órgãos como o Conselho Tutelar e políticas públicas, desafios como a falta de capacitação profissional, desarticulação entre serviços e revitimização persistem. Considera-se que o fortalecimento das redes de apoio, a formação de profissionais e a articulação interdisciplinar são cruciais para um manejo mais eficiente, além da necessidade de novos estudos para aprofundar a compreensão do tema e suas complexidades.

Palavras-chave: Delitos Sexuais. Menores de Idade. Saúde Pública. Medicina Legal.

ABSTRACT

Sexual violence is a multifactorial public health issue, characterized as a violation of human rights, with impacts that particularly affect children and adolescents. In Brazil, sexual violence against minors remains alarming, exacerbated by factors such as fear of retaliation, social taboos, and weaknesses in the support network. This study aims to explore the challenges in managing child and adolescent victims through a bibliographic review conducted systematically, justified by the relevance and knowledge gaps on the topic. The methodology was based on the PCC protocol (Population, Concept, Context), addressing national and international studies published over the last 20 years. The databases included PubMed, LILACS, and Google Scholar, with inclusion criteria focused on the age group of 0 to 18 years and a focus on sexual violence. After screening and selection, nine studies met the established criteria. The results highlight that sexual violence against children and adolescents is recurrent in Brazil, predominantly in urban areas, and often perpetrated by individuals close to the victims. The consequences include physical, psychological, cognitive, and behavioral harm, reinforcing the importance of a well-structured support network. Despite efforts by entities such as the Child Protective Services and public policies, challenges such as a lack of professional training, disarticulation among services, and revictimization persist. It is considered that strengthening support networks, training professionals, and promoting interdisciplinary collaboration are crucial for more efficient management, in addition to the need for further studies to deepen the understanding of the topic and its complexities.

Keywords: Sex Offenses. Minors. Public Health. Forensic Medicine.

RESUMEN

La violencia sexual es un problema multifactorial de salud pública, caracterizado por una violación de los derechos humanos, con impactos que afectan particularmente a niños, niñas y adolescentes. En Brasil, la violencia sexual contra menores sigue siendo alarmantemente alta, exacerbada por factores como el miedo a las represalias, los tabúes sociales y las débiles redes de apoyo. Este estudio busca explorar los desafíos en la gestión de víctimas infantiles y adolescentes a través de una revisión sistemática de la literatura, justificada por la relevancia y las lagunas de conocimiento sobre el tema. La metodología se basó en el protocolo PCC (Población, Concepto, Contexto), abordando estudios nacionales e internacionales publicados en los últimos 20 años. Las bases de datos incluyeron PubMed, LILACS y Google Scholar, con criterios de inclusión basados en el rango de edad de 0 a 18 años y un enfoque en la violencia sexual. Después del cribado y la selección, nueve estudios cumplieron con los criterios establecidos. Los resultados destacan que la violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes es recurrente en Brasil, prevalente en áreas urbanas y frecuentemente perpetrada por personas cercanas a las víctimas. Las consecuencias incluyen daños físicos, psicológicos, cognitivos y conductuales, lo que refuerza la importancia de una red de apoyo bien estructurada. A pesar de los esfuerzos de organismos como los Servicios de Protección Infantil (SPI) y las políticas públicas, persisten desafíos como la falta de formación profesional, la desconexión entre servicios y la revictimización. El fortalecimiento de las redes de apoyo, la formación de profesionales y la colaboración interdisciplinaria se consideran cruciales para una gestión más eficiente, además de la

necesidad de realizar más estudios para profundizar en la comprensión del problema y sus complejidades.

Palabras clave: Delitos Sexuales. Menores. Salud Pública. Medicina Forense.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma entidade multifatorial que representa importante problema de saúde pública e quebra dos direitos humanos, enraizada na história da humanidade. É definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em ambos os sexos, como todo ato sexual indesejado, ações de comercialização e utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção ou constrangimento, no Brasil, representada pela lei nº 12.015/ 2009. Alguns grupos possuem maior vulnerabilidade a sofrer violência sexual, destacando-se indivíduos do sexo feminino, crianças e adolescente, baixa escolaridade, maltrato ou abuso infantil (Kuhn; Guma; Novakosk, 2022).

A sexologia forense é a área responsável pelo estudo dos problemas médico-legais ligados ao sexo, as práticas libidinosas e suas implicações legais. No contexto da violência sexual, surge a fim de documentar nos trâmites legais a violência e trazer justiça por meio da formação de provas (Balduci, 2020).

No Brasil, a população infanto-juvenil permanece sofrendo com altos índices de violência, sendo a violência sexual uma das agressões mais frequentes contra crianças e adolescentes. De acordo com o artigo número 217-A, o estupro de vulnerável refere-se a “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos” (Carvalho, 2020).

As vítimas de abuso sexual são pessoas que carregam consigo, além da violência física e genital, uma maior propensão a distúrbios psicosssexuais, suicídio, depressão e uso de drogas, além da possibilidade do contágio por infecções sexualmente transmissíveis, bem como a ocorrência de gravidez indesejada, reforçando assim o delito sexual como um complexo problema social e de saúde pública (Carvalho, 2020).

Nesse contexto, o objetivo do presente manuscrito científico é de debruçar-se sobre os desafios no manejo de menores vítimas de violência sexual, realizando uma revisão bibliográfica de maneira sistematizada a respeito do tema. A confecção, justifica-se no fato desta temática ainda fulgurar como importante problema de saúde pública e que ainda carece de informações científicas a fim de preencher as lacunas ainda existentes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

A violência sexual contra menores se caracteriza pelo estímulo sexual da criança ou adolescente. Abrange tanto relações homo quanto heterossexuais e ocorre através de situações como estupro, assédio, exploração sexual, manipulação de genitália, mama ou ânus, com ou sem penetração (Miranda, 2020).

A violência sexual em crianças e adolescentes representa um grave problema de saúde pública, o qual se caracteriza como plena violação dos direitos humanos, sendo uma das principais causas de morbimortalidade infantojuvenil. No Brasil, ao longo dos anos a incidência dessa modalidade violência vem aumentando, com maior número de notificações, entretanto, frequentemente, o ato é silenciado por razões complexas e multifacetadas. Dentre elas, estão o medo de represálias por parte do abusador, exposição ao ridículo, falta de confiança em investigadores, policiais e profissionais de saúde e devido aos tabus sociais que geram desconforto ao atingir a integralidade familiar e ao falar sobre a sexualidade. Inclui-se fator mister, que é a dependência financeira da família com o agressor, possuindo rede de apoio fragilizada, experiências anteriores de abusos na família e a continuidade da violência entre gerações (Alves, 2023).

Um estudo analisou a ocorrência de casos de violência sexual em pessoas entre 0 e 19 anos de idade, no período janeiro de 2010 a dezembro de 2017, essas crianças e adolescentes residentes no município de Petrolina/Pernambuco, registrados no SINAN. Durante esse período, registrou-se 1232 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo a mediana de idade de 13 anos, sendo que a maioria absoluta de casos se concentrou na faixa etária dos 10 a 19 anos (80,4%), com predomínio de crianças e adolescentes do sexo feminino (95,8%). A zona urbana deteve o maior percentual de casos (67,3%) e a residência foi o local com mais registros de violência sexual (89,9%). A maior parte das vítimas foram agredidas por indivíduos do sexo masculino (97,3%), sendo o namorado o agressor mais frequente (33,8%). A partir da análise estatística, foi possível apontar associação estatisticamente significativa entre violência sexual e a idade da vítima (OR = 0,91), reduzindo a chance de vitimização sexual a cada um ano de idade (Miranda, 2020). A partir desse estudo, é possível perceber a prevalência e características epidemiológicas da população infantojuvenil acometidas por ele.

Outro estudo avaliou fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O Conselho Tutelar foi o principal órgão procura no momento da denúncia da violência, posteriormente, encaminhados ao Ministério Público, formalizando as denúncias. A partir disso era possível realizar medidas como abrigagem (98,6%), tratamento psicológico (32,4%), colocação em outra família (31,1%), departamento de polícia (25,7%), instituto médico legal (9,5%), termo de responsabilidade/guarda a outros parentes (9,5%) e hospital (6,9%). Os fatores que contribuíram para a efetividade das intervenções do Conselho Tutelar foram mapeadas, destacando-se o envolvimento de familiares na denúncia e no cumprimento dos encaminhamentos (19%), o acompanhamento efetivo dos casos (19%), a aceitação da guarda das vítimas por parte de outros parentes ou família substituta (15,5%), o pedido de prisão do agressor (13,8%) e a rapidez na condução do caso (12,1%). Contudo, outros fatores atrasaram ou prejudicaram a atuação do Conselho

Tutelar e a condução dos casos, tal como ausência de resposta aos encaminhamentos e aos chamados para comparecimento às audiências no Conselho (30,9%), também foram identificadas falta de investigação da violência sexual (16,2%), falta de condições psicológicas e financeiras dos pais para permanecerem com os filhos (11,8%) e ausência de laudo médico (8,8%) (Oliveira, 2014). Nesse contexto, demonstrando a existência rede coordenada a fim de realizar um adequado manejo de pacientes menores de idade vítimas de violência sexual, mas que demonstra ainda existir desafios e barreiras no que concerne a esse tema, cabendo novas medidas no mundo prático e teórico, como se propõe esse trabalho científico.

2.2 CONSEQUÊNCIAS E IMPACTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As consequências da violência sexual para a população infantojuvenil são múltiplas. A violência sexual é um fator de risco, por exemplo, para sintomas e quadro psicopatológicos, não havendo uma síndrome que seja exclusivamente apresentada pelas vítimas. O Desenvolvimento de sintomas e quadros psicopatológicos dependerão da propensão das vítimas para apresentá-las. A fim de facilitar a compreensão, uma revisão da literatura, agrupou essas consequências em quatro grupos: físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais (Hohendorf, 2014, p. 293–308).

As repercussões da violência sexual (VS) em crianças e adolescentes possuem fatores mediadores que influenciam o impacto, ou seja, a presença ou ausência desses fatores afeta a manifestação e gravidade dos sintomas e transtornos psicológicos. Esses mediadores podem ser classificados em quatro categorias, conforme apontado pela literatura: características relacionadas às vítimas (por exemplo, predisposição a desenvolver sintomas ou transtornos mentais), características dos agressores (como a proximidade com a vítima e a diferença de idade entre eles), aspectos associados à própria violência sexual (como duração, frequência e ocorrência ou não de penetração) e fatores ligados à rede de apoio social e emocional (por exemplo, reações diante da revelação e medidas protetivas adotadas) (Hohendorf, 2017).

Com exceção dos fatores relacionados à rede de apoio social e emocional, os demais não podem ser modificados no momento em que a vítima é encaminhada para intervenção. Por isso, é essencial que a rede de apoio esteja devidamente preparada para oferecer as intervenções necessárias de forma eficiente e apropriada. É sabido que as medidas adotadas, como notificações, entrevistas e procedimentos legais, podem gerar estresse tanto para as vítimas quanto para seus familiares. Assim, é fundamental que essas ações sejam realizadas de maneira coordenada entre os serviços das redes de proteção e atendimento, com a atuação de profissionais qualificados (Hohendorf, 2017).

Nesse contexto, realizou-se um estudo em Florianópolis/SC de 2008 a 2014 sobre todos os casos suspeitos ou confirmados de abuso sexual infantil. Dentre as consequências, destaca-se o impacto sobre a saúde mental das vítimas, onde em tal estudo quatro destas tentaram suicídio (1%), cinco (1,3%) desenvolveram transtorno mental, 90 indivíduos (22,4%) transtorno do comportamento e 77 (20%) transtorno de estresse pós-traumático. Essas alterações foram mais prevalentes nas vítimas do sexo masculino, com significância estatística em ambos os sexos (Platt, 2018).

É notório o impacto multifatorial da violência sexual, com consequências que podem ser agrupadas em físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais, evidenciando a complexidade dos efeitos. Não havendo uma resposta uniforme à violência, uma vez que as manifestações dependem de características individuais, além de fatores contextuais.

2.3 ESTRATÉGIAS NO MANEJO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Antes de tudo, para ser possível realizar os encaminhamentos para atendimento médico e psicoterapêutico, é mister que, mediante suspeita ou confirmação da ocorrência de violência sexual, seja realizada notificação para os órgãos responsáveis e competentes tais como Conselho Tutelar.

As redes de proteção e atendimento às vítimas de violência sexual (VS) envolvem serviços das áreas de saúde, assistência social e justiça. É crucial que os profissionais conheçam a estrutura dessas redes em seu município e promovam uma integração efetiva para planejar ações conjuntas. No entanto, estudos apontam falhas estruturais nessas redes, como infraestrutura inadequada, repetição de intervenções e falta de acolhimento às vítimas e suas famílias (Hohendorf, 2017). Demonstrando, a necessidade de esforços a fim da melhoria estrutural e organizacional dessas redes.

A coordenação entre os diversos serviços, regidos por diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Judiciário, é desafiadora devido à complexidade de manejo entre as disciplinas envolvidas. Isso exige que os profissionais compreendam não apenas seu papel, mas também tenham noções gerais sobre as outras áreas, garantindo um trabalho interdisciplinar e harmonizado, evitando também uma revitimização das pessoas em situação de violência, causada pela adoção de medidas protetivas falhas e procedimentos desarticulados (Hohendorf, 2017; Santos, 2011).

É fundamental que os profissionais que atendem vítimas de VS sejam capacitados, pois o tema é pouco abordado nos cursos de graduação. Eles devem buscar conhecimento em ética profissional, desenvolvimento infantil e adolescente, dinâmica da VS e sua legislação, além de saber como lidar com revelações ou suspeitas de violência. Na ocorrência de uma revelação, o profissional deve acreditar no relato da vítima, reafirmar que ela não é culpada, demonstrar empatia e agradecer pela

confiança. Não se deve prometer sigilo, já que a notificação ao Conselho Tutelar é obrigatória e deve ser explicada à vítima de forma cuidadosa. Também é importante não investigar detalhes do ocorrido, deixando a vítima livre para falar sem interferências ou questionamentos sugestivos (Hohendorf, 2017; Rocha, 2011).

O Brasil está nesta luta contra a violência sexual há bastante tempo, em especial, a partir das décadas de 1980 e 1990, impulsionado pelos motivos de defesa dos direitos infatojuvenis. Destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua teve papel fulcral na criação de uma CPI em 1993 para investigar a exploração sexual infantil (Rocha, 2011). Entretanto, é notório que, apesar desses esforços, a violência sexual ainda apresentada dados alarmantes, evidenciando a gravidade do problema e a necessidade de maior avaliação quanto a eficácia das políticas públicas implantadas e a elaboração de novas ações de combate, vide o impacto psicossocial nesses menores, representando, fulgurando ainda como importante problema de saúde pública.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura estruturada de acordo a um protocolo próprio escrito previamente ao início da revisão, que leva a uma pesquisa narrativa e sistematizada da literatura existente a respeito do assunto de pesquisa.

Para elaboração da pergunta de pesquisa, utilizou-se o mnemônico PCC (P - população/participantes, C - conceito e C - contexto): “Desafios no manejo de menores de idade vítimas de violência sexual”.

Em relação aos critérios de elegibilidade, guiou-se pelo próprio mnemônico. Os participantes eram indivíduos entre 0 e 18 anos, o que incluía crianças e adolescentes segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que declara criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Planalto, 1990). O conceito se baseou em qualquer tipo de violência sexual cometida contra crianças ou adolescentes. O contexto limitou-se aos estudos publicados nos últimos 20 anos, a fim de proporcionar uma visão mais ampla e panorâmica dessa importante problemática.

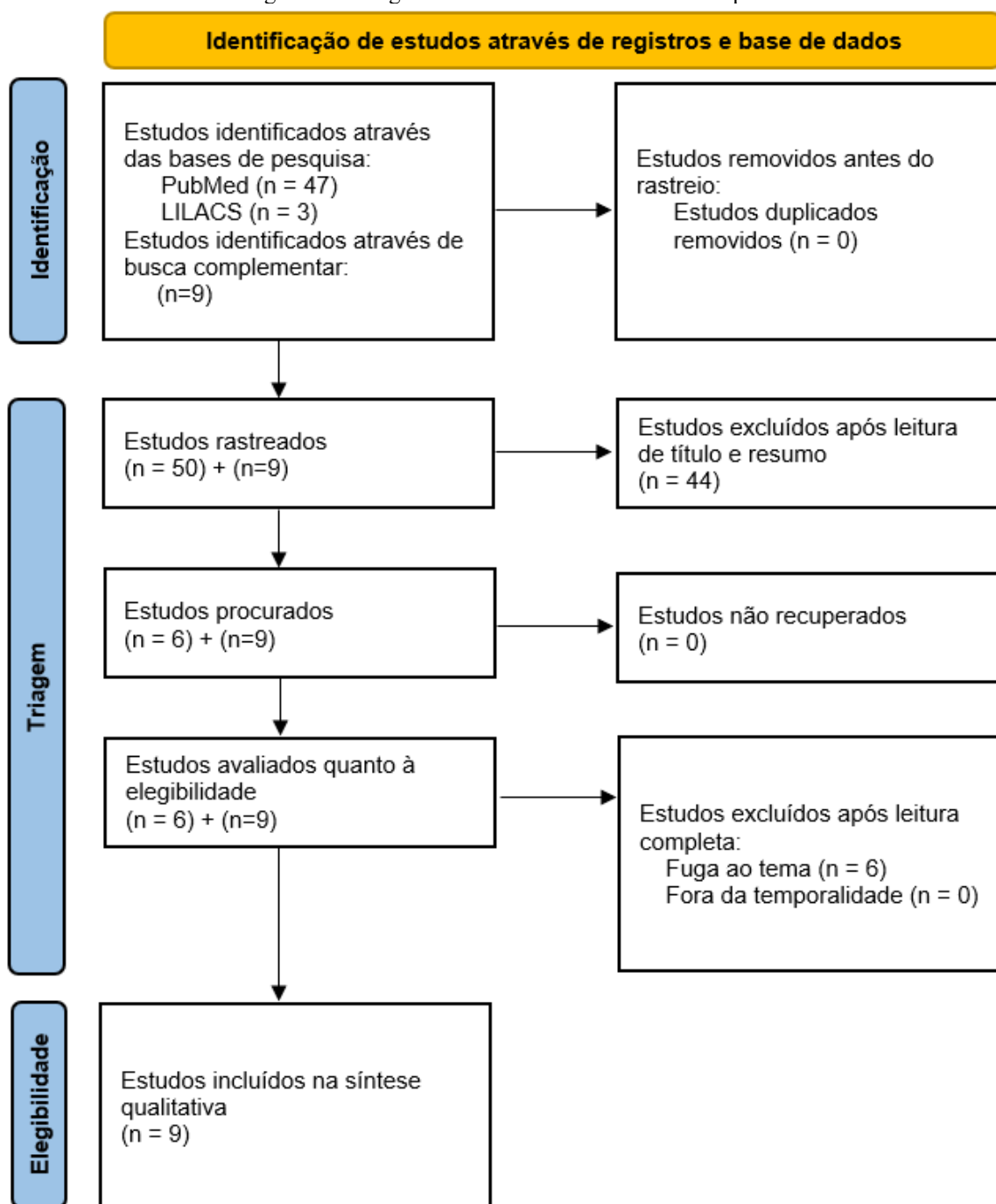
Essa revisão bibliográfica considerou estudos primários (pesquisas originais) e secundários (revisões sistemáticas e não sistemáticas) publicados, ou não publicados, em portais, repositórios e bases de dados nacionais e internacionais. Duplicatas, estudos sem texto completo e resumos publicados em anais de eventos não foram considerados.

A estratégia de busca iniciou-se com a identificação de descritores controlados (Mesh e DeCs) e não controlados, pensados a partir das palavras-chaves da pergunta de pesquisa, utilizados para a construção da estratégia de busca inicial, como “Violência sexual”, “Sexual violence”, “Sexologia

Forense”, “Forensic Sexology”, “Crianças”, “Children”, “Adolescentes”, “Adolescents” e dentre outros. Através da experiência prática, foi feito o refinamento da sintaxe e a adaptação das estratégias de busca para cada base ou repositório de dados utilizados. Na base de dados PubMed, utilizou-se da sintaxe “Forensic sexology AND (Adolescent OR Children)” encontrando-se um número (n) de 47. Na base de dados LILACS, utilizou-se “Sexologia forense AND (adolescente OR criança)”, encontrando-se o n de 3 artigos na delimitação temporal escolhida. Além da pesquisa em base de dados formais, performou-se uma investigação complementar, incluindo sintaxes de busca em periódicos, revistas científicas e Google Acadêmico, a fim de enriquecer e permitir uma análise mais holística e integral sobre o tema. Não foram pesquisadas bases de dados *preprint*.

A etapa de seleção e triagem dos estudos ocorreu em novembro de 2024 e, após as buscas, todos os registros identificados foram agrupados. A primeira etapa consistiu na remoção das duplicatas; em seguida a etapa de leitura de título e resumo. Em última instância, a análise do texto e das referências dos artigos selecionados. Os títulos e resumos, assim como os estudos oriundos das listas de referências, foram selecionados por um pesquisador independente, que avaliou os estudos de acordo com os critérios elegibilidade.

Imagem 1: Fluxograma de estudos PRISMA 2020 adaptado



Fonte: Autores.

A partir das estratégias de buscas no PubMed e na LILACS realizadas obteve-se inicialmente um número (n) de 104 estudos, performou-se mais uma análise complementar que levou a uma adição de 9 estudos. Em seguida, retirou-se artigos duplicados, ficando-se com 50 + 9 estudos. Após leitura de títulos e resumos, excluiu-se 44 estudos, restando 15 estudos. Por fim, após a leitura completa, excluiu-se 6 estudos, restando um n de 9 artigos que possuíam todos os itens de elegibilidade e nenhum dos critérios de exclusão.

Os critérios de exclusão desta revisão de literatura foram estudos fora da temática abordada, seja por não abordarem a violência do tipo sexual ou não trazerem uma abordagem voltada para a faixa etária selecionada; estudos fora do recorte temporal, ou seja, antes de 2004; estudos duplicados ou sem texto completo; e resumos publicados em anais de eventos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica narrativa, realizada de maneira sistematizada, a respeito da violência sexual em menores de idade, coloca em pauta a importância crescente desse tema, que infelizmente está presente na história de países há muito tempo, inclusive o Brasil. Demonstrou-se que a violência sexual marca o Brasil há muito tempo, porém vem ganhando notoriedade, entretanto não há um manejo muito bem estruturado, o que leva, muitas vezes, a um aumento do sofrimento desses menores e até situações de revitimização.

O estudo de Petrolina/PE, oferece evidências concretas sobre a prevalência e o perfil epidemiológico da violência sexual, o que fortalece a argumentação de que é possível atuar vide padrões existentes de violências. Conforme apresentado, é essencial a discussão sobre a importância das redes de apoio, tal como o Conselho Tutelar, e da articulação entre saúde, assistência social, justiça e institutos médico-legais para o enfrentamento do problema. Outro ponto fundamental, é a formação profissional, conforme exposto, a falta de capacitação como uma barreira no manejo das vítimas, destacando a necessidade de investimentos nessa área.

Por fim, é necessário destacar que o presente estudo científico alcança seu objetivo de entender os desafios no manejo de menores vítimas de violência sexual e a complexidade envolta do tema. Ao passo que explicita a respeito do tema, trazendo conscientização sobre um grave problema de saúde pública, oferecendo insights importantes sobre suas consequências e estratégias de enfrentamento. Em última instância, destaca-se a importância de capacitar profissionais e fortalecer as redes de apoio como pilares no enfrentamento desse importante problema social e de saúde pública, torna-se ainda necessário a produção de novos estudos sobre o tema a fim de explorar por diferentes ângulos esse complexo tema.

REFERÊNCIAS

- 1 - ALVES, M. et al. Estudo de violência sexual em crianças e adolescentes em Joinville, SC. Revista de APS, v. 25, n. 3, 6 fev. 2023.
- 2 - BALDUCI, J. P. et al. Sexologia forense, crimes sexuais e estupro: revisão bibliográfica. Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico, Itaperuna, v. 06, n. 3, p. 1-10. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v6n3a32>.
- 3 - BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- 4 - Carvalho AA, Carneiro APC, Duarte ML. Análise das perícias de sexologia criminal em crianças e adolescentes no IML Estácio de Lima - Maceió em 2016. Persp Med Legal Pericias Med. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.47005/050202>.
- 5 - FLÔRES KUHN, J.; CHRIST GUMA, A.; NOVAKOSK, E. SEXOLOGIA FORENSE: CRIMES SEXUAIS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA ENTRE 2001 A 2019. RevInt - Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 10, n. 2358-6036, p. 203–210, 2022.
- 6 - HABIGZANG, L. F. et al. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 3, p. 379–386, 2006.
- 7 - HOHENDORFF, J. V.; LUÍSA FERNANDA, H. Atuação do profissional da psicologia na avaliação e intervenção em situações de violência sexual contra adolescentes. 1. ed. [s.l.] Artmed, 2014. p. 293–308.
- 8 - HOHENDORFF, J. V.; PATIAS, N. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. Barbarói, v. 0, n. 49, p. 239–257, 12 dez. 2017.
- 9 - Miranda, Millena Haline Hermenegildo et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2020, v. 54, e03633. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>. Epub 06 Nov 2020. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>.
- 10 - OLIVEIRA, J. R. DE et al. Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 3, p. 759–771, mar. 2014.
- 11 - Platt, Vanessa Borges et al. Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 4 pp. 1019-1031. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>.
- 12 - ROCHA, G. O. R. DA; LEMOS, F. C.; LIRIO, F. C. Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. Cadernos de Educação, n. 38, 2011.

13 - SANTOS, V. A. DOS; COSTA, L. F. A violência sexual contra crianças e adolescentes: conhecer a realidade possibilita a ação protetiva. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 28, n. 4, p. 529–537, dez. 2011.